

No século XX, a fronteira agrícola avançou principalmente em prol da política de Marcha para o Oeste, disposta por Getúlio Vargas, e da substituição de importações implementada por Juscelino Kubitschek. Deste modo, estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul transformaram-se em produtores principalmente de soja. No mais, houve o desmatamento intensivo do Cerrado, que agora conta com apenas 20% de sua fauna e flora originais. Assim, questiona-se: quais são as consequências desta expansão agrícola intensiva no Brasil atual?

Atualmente, o Brasil formou-se como o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos. Isto porque o território brasileiro possui inúmeras áreas agricultáveis, clima favorável para produção, e tecnologia para recuperar solos inférteis. Além disso, destaca-se que o país é majoritariamente consumidor de carne.

Outrossim, para a geração de tais produtos, ocorre o desmatamento, de modo que, segundo o IPAM (Instituto Nacional de Pesquisa Ambiental da Amazônia), 31% dos focos de queimadas registrados em 2019 na Amazônia vieram do corte de florestas, tanto que a área com alertas de desflorestação foi de 1394 km<sup>2</sup> e a área desmatada foi de mais de 6 mil km<sup>2</sup>. Em adição, Mauricio Voivodic, diretor executivo da parte brasileira do WWF (*World Wide Fund*), fez um apelo em 2019 para que países amazônicos apoiem um modelo de desenvolvimento da Amazônia que priorize o uso sustentável da biodiversidade e o respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Em continuidade, devido ao desmatamento em larga escala e às queimadas ilegais para o plantio e a pecuária, o solo perde nutrientes, ocasionando erosões, infertilidade da terra, enchentes e desertificação das áreas utilizadas. Assim, por conta de tais catástrofes naturais e da ocupação ilegal de territórios, povos indígenas e comunidades tradicionais ficam desaloçados, o que gera a falta de recursos alimentícios, desrespeito aos direitos humanos e conflitos no campo.

De modo a prosseguir, tais catástrofes naturais e consequente ferimento dos direitos humanos foram facilitados em função da junção do Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente, decisão tomada em 2018 pelo presidente Jair Messias Bolsonaro. Uma vez que o Ministério do Meio Ambiente tem o intuito de combater o desmatamento e atuar na conservação dos biomas brasileiros, cuidar de questões ligadas ao saneamento básico, controle de poluição e licenciamento de obras de infraestrutura tais quais hidrelétricas; e o da Agricultura é responsável por estimular

o avanço da agropecuária no país, nota-se a clara diferença de propósitos entre estes ministérios, de modo que ao uni-los dentro do Ministério da Agricultura, foca-se nos interesses dos agronegócios, o que viabiliza, por exemplo, o uso excessivo de agrotóxicos e a falta de preocupação com a utilização sustentável da fauna e flora brasileiras.

Em adição, no âmbito social, o avanço da fronteira agrícola também intensifica os conflitos no campo, de tal forma que em 2019 o Brasil registrou mais de mil e quinhentos atritos campais. Isto porque os indivíduos localizados em zonas propícias para a agropecuária e empresas são destituídos de suas moradias e forçados a migrar, o que gera disputas trabalhistas, relacionadas aos direitos humanos e por recursos naturais como a água, sendo que a luta pelo produto aquoso é ainda mais intensa no Nordeste, onde há constantes secas ao longo do ano.

Falando mais especificamente dos embates trabalhistas, a exploração do funcionário é o principal deles, pois embora haja trabalho remunerado no âmbito da agropecuária, o salário não é proporcional às horas trabalhadas e ao ambiente de trabalho muitas vezes insalubre e árduo. Para além disso, há também a questão da escravidão em áreas rurais, a qual também abarca o trabalho pouco remunerado, mesmo tendo ocorrido a abolição da escravatura em 1888. Destaca-se, ainda, que a labuta infantil e de mulheres é ainda mais explorada, não apenas no ambiente agrícola, mas também doméstico.

Como exemplificação, tem-se o caso de Madalena Gordiano, que foi resgatada em 2020, após 38 anos de trabalho análogo ao escravo. Desde os 11 anos, ela era obrigada a acordar às 2 horas da madrugada e ficar até às 8 horas da noite trabalhando, não tendo direito a alimentação de qualidade, vestimentas, brinquedos e nem mesmo a um quarto com ventilação, alocando-se em um cômodo de 6 m<sup>2</sup>. Tal realidade se repete ao redor do país inteiro, também devido à ocupação de terras por latifundiários, o que gera pobreza para moradores de áreas rurais que dependem da agricultura familiar para sobrevivência; consequentemente ocasionando pais “dando” seus filhos em troca de um futuro comumente ilusório com escola, vestimentas e alimentação pagas.

Com tais aspectos abordados, percebe-se a necessidade de o governo intervir com políticas públicas eficazes e a reinserção do Ministério do Meio Ambiente, segmentando-o do Ministério da Agricultura, para assim priorizar a

sustentabilidade com a qual são utilizados os recursos naturais, e consequentemente os direitos humanos das comunidades tradicionais e dos povos indígenas dispostos em áreas que têm sido intensivamente ocupadas pelo agronegócio.

Por fim, dispõe-se da conclusão de que se a cultura imediatista em relação à extração de recursos naturais se manter e a preservação ambiental não for prioridade, continuará havendo a expansão agrícola através de queimadas e desmatamento, causando flagelos naturais e mazelas sociais. Como Alvin Toffler, escritor e futurista norte-americano, disse: “O futuro é construído pelas nossas decisões diárias, inconstantes e mutáveis, e cada evento influencia todos os outros”. Portanto, é necessário agir no presente para que haja um futuro próspero para as gerações que virão, já que sem a natureza não há sequer vida em sociedade.